

Interface Comunicação/Educação e Cuidado Ambiental Urbano: Perspectivas Dialógicas¹

Sandra Pereira FALCÃO²
Universidade de São Paulo, São Paulo – SP

Resumo

O artigo apresenta e analisa alguns resultados de pesquisa empreendida no PPGCOM-ECA/USP³, sobre comunicação e educação ambiental na construção de sentidos urbanos. Abordam-se mediações comunicativas relacionadas a atividades das quais participam servidores públicos municipais, bem como aspectos da comunicação município-poder público na circunscrição geográfica em que se desenvolvem nossas investigações (distrito Vila Medeiros, São Paulo, capital). Os resultados sinalizam: a) a premência de novos entendimentos quanto aos sentidos socioambientais erigidos entre habitantes urbanos por meio das interfaces comunicacionais à sua disposição e b) a importância de criar/fortalecer espaços que permitam aos cidadãos repensarem as práticas coletivas de cuidado com o meio ambiente das cidades, tanto quanto deliberarem acerca de novas práxis nesse âmbito.

Palavras-chave: comunicação; educação; educação ambiental; educomunicação socioambiental; comunicação ambiental urbana

Introdução

A comunicação ambiental urbana, no interior dos desdobramentos relativos ao viver contemporâneo, revela-se prisma de especial interesse, dado o paradoxo representado pela miríade de materiais produzidos e postos em circulação pelos *media* e sua aparente subutilização no que se refere ao cuidado coletivo com as áreas de uso comum nas grandes cidades.

No caso da capital paulista, deparamo-nos com o descaso ambiental em inúmeros logradouros e também com disparidades severas entre bairros no tocante à responsabilidade ambiental coletiva. Teoricamente, podemos justificar tal fato recorrendo às diferenças econômico-educacionais entre habitantes das diversas regiões da cidade, o que não deixa de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP, sob orientação do professor Dr. Adilson Citelli (titular no Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: sandrapfalcao@hotmail.com

³ Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

ter seu sentido, porém isso parece não dar conta de explicar por completo a produção pífia de sentido ambiental urbano. A fraca presença, na metrópole paulistana, de manifestações sociais em prol da recuperação ambiental consiste em um exemplo do comportamento-padrão do munícipe em relação aos danos ambientais crescentes no município.

Assim, notam-se sinalizadores de atenção maior ou menor a aspectos vinculados ao meio – o cuidado estético, por exemplo, ou o enfoque na relação entre saúde pública e ambiente – conforme o bairro de que tratamos; porém, ao mesmo tempo, é possível observar que, em escala municipal, o cuidado ambiental coletivo não raro parece restringir-se à reprodução de discurso bem-pensado apreendido de múltiplas fontes. Tal discurso aparenta servir muito mais para a desopilação da consciência ou alívio de eventuais pressões sociais, pois concorre para eximir o cidadão de providências ambientais concretas uma vez tendo-se dele apropriado (NOVICKI, 2007). Cabe, pois, questionar se a mera apropriação do discurso ambiental circulante nas teias sociocomunicacionais significa empenho real em reverter determinadas lógicas que conduzem à crescente degradação ambiental urbana ou representa apenas “o desejo de mostrar coisas onde só existem formas de composição delas” (CITELLI, 2006, p. 17).

No encaço de entendimentos consistentes, torna-se importante, em nossa ótica, apurar as mediações comunicativas ligadas ao envolvimento ou não dos moradores citadinos em ações de reparo socioambiental. Por essa razão, trazemos a este espaço de interlocução um olhar analítico sobre alguns fluxos de comunicação relacionados a aspectos do meio ambiente, recolhidos em nosso lócus de pesquisa.

A Investigação - Amostra, Dados e Correlações Teóricas

Nosso trabalho investigativo realizou-se no município de São Paulo. Foram sujeitos da pesquisa: a) moradores de doze bairros do distrito Vila Medeiros⁴, localizado na zona nordeste paulistana, sob administração da Subprefeitura Vila Maria - Vila Guilherme; e b) profissionais do serviço público municipal atuantes nas questões socioambientais do distrito

⁴ Esse distrito faz parte de uma ilha de calor urbana, apresentando alto índice de impermeabilização do solo e baixíssimo índice de arborização; também possui diversos problemas com relação ao descarte de resíduos sólidos, como pontos viciados de lixo e alguns córregos a céu aberto em que habitantes despejam resíduos de todo tipo, assim como um terminal de cargas altamente poluente, entre outras dificuldades socioambientais. Com população total de 129.919 habitantes (cf. censo 2010-IBGE), estende-se por uma área de 7,80 km², sob administração da subprefeitura Vila Maria- V. Guilherme, abrangendo os bairros: V. Medeiros, V. Sabrina, V. Ede, V. Gustavo, V. Munhoz, V. Nivi, Jd. Brasil, Jd. Julieta, Parque Rodrigues Alves, Conjunto Promorar Fernão Dias e uma parcela de bairros circunvizinhos, como o Parque Edu Chaves.

à época da investigação, a saber: Adeliana Saes Coelho Barbedo — engenheira agrônoma da Prefeitura Municipal - setor de arborização urbana; Silvana dos Reis Vicentin — assessora de Supervisão em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde; Joana Adoração Vitrilla — agente de apoio ambiental do setor de Zoonoses do município de São Paulo; João Manoel de Castro — biólogo da Supervisão de Vigilância em Saúde - SUVIS; Odair Matarensi Júnior — coordenador de Educação Ambiental do Núcleo Norte II da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo⁵ e Cleverson José Ferreira, arquiteto da Subprefeitura Vila Maria-Vila Guilherme, coordenador da Defesa Civil local⁶.

Trabalhamos, quanto aos respondentes dos questionários, com uma amostra estratificada e não probabilística, constituída de 179 indivíduos: 57 adultos, 62 jovens do ensino médio e 60 jovens do ensino fundamental.

Nossos entrevistados (seis servidores), quando indagados acerca do processo de comunicação construído por seu núcleo de trabalho no dia a dia e no momento da proposição de projetos socioambientais no lócus de pesquisa, referiram diversos expedientes de comunicação, presenciais e não presenciais. Os excertos abaixo podem fornecer, de modo sucinto, alguns indicadores de como a comunicação digital e presencial integra as formas de contato empregadas no trabalho com os munícipes do distrito em estudo:

Quando a gente tem um projeto, [...] vai até o local, encaminha um e-mail, geralmente pede contato com uma pessoa responsável, vai até o local e conversa com ela, apresenta o projeto. Senão ela entra em contato com a gente, através de telefone, através de e-mail. Dentro da Secretaria do Verde tem um portal da Secretaria do Verde, tem um link 'núcleos de gestão descentralizada'. Tem o nosso núcleo lá, que a gente pode dar informação também e ainda tem o e-mail [...]; todos contatos que a gente tenha a gente anexa nesse e-mail — e todas as atividades, todos os programas, a gente convida as pessoas através do e-mail também. [...] E fica também na página do núcleo norte II da Secretaria do Verde, no portal da Prefeitura de São Paulo..... [...]. (Odair)

É, a conversa, como eu falei, o tête-à-tête. Ainda é muito o contato direto. O povo aqui desta região gosta muito de vir aqui na Praça de Atendimento e falar direto com quem ele tem que resolver os problemas dele. Não é muito via e-mail, não. É mais tête-à-tête. Assim, eu vejo que a gente atende muita gente, ou seja sentado lá na praça, ou seja sentado na sala da gente, explicando, orientando, passando um telefone, é mais o tête-à-tête, mesmo nas vistorias. (Cleverson)

⁵ À época da entrevista (2012). Hoje exerce outras funções na administração municipal.

⁶ Reiteramos nossos agradecimentos aos servidores e aproveitamos também para esclarecer que os nomes dos entrevistados são aqui mencionados mediante sua autorização por meio do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) firmado para a nossa pesquisa.

As falas indicam predominância de modos de comunicar diferentes, conforme a iniciativa venha do poder público ou do munícipe e de acordo com a área de atuação dos servidores. Odair pertencia, à época da coleta de dados, a um dos núcleos de gestão descentralizada da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, enquanto Cleverson trabalha na Coordenadoria de Urgências Urbanas e Áreas de Risco da subprefeitura local. Entre as possibilidades comunicativas aludidas, o ponto em comum, a *conversa*, também foi mencionado por João:

Eu acho que a principal [forma de comunicação] mesmo é a conversa, no boca a boca. Nós temos uma equipe de vigilantes em saúde que sai pra fazer as vistorias nas casas e pra passar informação pro munícipe, que a gente chama de agentes de zoonoses — os antigos agentes da dengue — e o que a gente vê que funciona mais é o diálogo, é tentar conversar normalmente. O munícipe, quando a gente pergunta, com relação à dengue mesmo, se ele sabe sobre as medidas de controle, tal, eles têm na ponta da língua. Mas aí a gente pede...se ele permite que entre na casa pra fazer uma vistoria. Os que permitem muitas vezes mostram que na fala, na teoria, eles têm o conhecimento, mas na prática a coisa nem sempre está de acordo. (João)

Nesse caso, em que a equipe visita domicílios para fazer a prevenção contra a dengue, prioriza-se o contato verbal, conquanto se distribua material impresso em algumas ocasiões, conforme relata Joana:

Tanto a gente faz essa comunicação verbal orientando, como a gente deixa também os panfletinhos [...]. À parte disso, nós fazemos também panfletagem em algumas épocas específicas. [...] Quando vai ter feriado, [...] a gente às vezes vai distribuir nas casas os panfletos que orientam: 'se vai viajar, então antes de viajar faz isso, faz aquilo, faz aquilo outro', dando as orientações pra pessoa deixar a casa dela protegida antes de viajar, principalmente na época das férias. Ou então a gente distribui na rodoviária, que é pra quando eles vierem de lá [das casas de campo ou praia] também não deixarem coisas que possam ficar acumulando água e criando dengue lá... (Joana)

João também toca em ponto crucial representado pelo embate entre conhecimento teórico e práticas adotadas pelos cidadãos. Conhecer as formas de combate à dengue indica que o munícipe presta atenção às ações comunicacionais em curso nos *media* e nas iniciativas locais do poder público, porém isso não garante que ele se sensibilizará a ponto de mudar completamente de atitude quanto ao cuidado ambiental de sua casa e do entorno. A conversa, os panfletos, as informações em circulação nos diversos meios não têm logrado, até o momento, a construção de vínculos sólidos entre saúde pública e ação socioambiental. Na perspectiva tecida, há que se pensar em abordagens diferenciadas, pautadas pela discussão dos problemas, como sugere Silvana:

*[...] a problematização é por onde eu acho que mais viabiliza a inserção de trabalhos. (Silvana)
É a linha direta [...]....Aí nós temos que aprender a nos despir de alguns pré-conceitos e incorporar novos conceitos para poder trabalhar de forma ampliada no conceito de saúde, que está vinculado ao conceito de ambiente.[...] (Silvana)*

Problematizar, incorporar novos conceitos, estender o entendimento da relação meio ambiente-saúde pública constituem-se vertentes a exigir algum poder de deliberação dos municípios. Tal poder permanece, via de regra, restrito ao Estado e a grupos econômicos hegemônicos (o que retarda a concretização de um espírito participativo ancorado nos valores coletivos reais e nos interesses individuais⁷ da população). Ainda assim, no quadro comunicacional apresentado pelos servidores a problematização e a conversação, conjugadas, representam uma possibilidade de que o sujeito social se torne um sujeito democrático, fortalecendo sua capacidade argumentativa. Matos (2009, p.71), a esse respeito, assegura:

uma vez orientada para a busca da intercompreensão e do entendimento cooperativo acerca de um problema de interesse geral, a conversação pode politizar-se e, assim, proporcionar efeitos democráticos ligados à formação do cidadão.

A abertura ao diálogo, bem como caminhos outros para a participação dos moradores revelam-se na fala dos servidores entrevistados. Não obstante, reconhecem eles, o alcance das oportunidades ainda não é pleno para todos, por diversos motivos. Os fatores a dificultar fluxos comunicacionais foram também objeto de uma de nossas perguntas. No que tange ao acesso tecnodigital ou mais tradicional às informações disponibilizadas pela administração pública, apontou-se, por exemplo, a seguinte questão:

“o problema é que a maioria da população não tem acesso à página da prefeitura. Só que em todas as ações que nós fazemos, todo contato que a gente tem, a gente divulga: ‘Gente, existe a possibilidade de acessar o portal da prefeitura, lá tem publicações que vocês podem baixar em download’. Então a gente acaba divulgando também o portal da prefeitura e aí na lista de presença das pessoas que vão participar da nossa atividade a gente vai alimentando nosso banco de dados – a partir da lista de presença [...]; ou então a pessoa vê no jornal de bairro, em cartaz, ou até mesmo no diário oficial – que a gente publica também no diário oficial o anúncio da nossa atividade — e liga e pede mais informações. Aí a gente pede o e-mail da pessoa e isso também já alimenta o nosso e-mail”. (Odair)

⁷ Em relação à importância dos interesses individuais enquanto constructo pertinente à participação e à tomada de decisões em plano coletivo, consultar o artigo *O papel dos interesses na construção de uma ética dos processos comunicativos*, de Ângela Marques (2011). Referências completas ao final deste trabalho.

O ‘acesso não pleno’ ao mundo digital por parte dos munícipes e a dificuldade em encontrar determinadas informações no Diário Oficial do Município⁸ completam um cenário a solicitar expansão diferenciada das ações comunicacionais do poder público acerca do meio ambiente, mormente em escala local. A finalidade desse movimento amplificador residiria em que a totalidade dos moradores pudesse ter conhecimento mais exato sobre as dificuldades ambientais que sua região vivencia e assim, quem sabe, despertar para atitudes que colaborassem com a reversão dos danos, com a melhoria ou manutenção da qualidade de vida. Matos (2011) assevera que a existência real de interlocução e debate sobre temáticas políticas e sociais depende da criação de espaços que permitam discussão e deliberação.

Nós não temos aqui uma equipe específica de comunicação para esse trabalho. A subprefeitura tem assessoria de imprensa e que tenta abraçar e trazer para a comunicação dessa assessoria todos os assuntos que a prefeitura tem que desenvolver. Mas especificamente na Coordenadoria de Urgências Urbanas e Áreas de Risco nós não temos uma equipe que trabalhe especificamente com comunicação. (Cleverson)

Para tanto, parece-nos importante que exista um núcleo especializado, nas subprefeituras, o qual se ocupe da construção e manutenção dos espaços de interlocução ligados à temática socioambiental urbana, área hoje abraçada majoritariamente pela assessoria de imprensa — que já se ocupa de inúmeras outras frentes — e também pelas equipes (reduzidas) de educação ambiental.

Na nossa equipe em si, aqui dentro do núcleo, não tem [comunicadores — formados em comunicação social ou educomunicação]; a secretaria tem uma assessoria de comunicação que às vezes a gente direciona o material pra lá e eles fazem todo um trabalho. Eu não saberia dizer se tem essa formação. São jornalistas, alguns são jornalistas que fazem esse tipo de trabalho, mas o retorno pro corpo técnico fazer uma avaliação eu acho que é supernecessário. É um vai-e-vem, não é? [...] Nós temos um ‘termo de compromisso’ lá, que a gente usa com a população. Desde a primeira versão é muito importante você ver a evolução. Apesar de não ter ‘profissional’ da comunicação, a gente tem uma evolução muito interessante. O último tem até uma arvorezinha colorida e tal.” (Adeliana)

Quanto a essas equipes, conquanto apoiadas pela assessoria de imprensa, poderiam expandir seu trabalho com auxílio de pessoal especializado em interlocução socioambiental, como permitem imaginar os seguintes excertos:

⁸ Verificação efetuada pela autora no Diário Oficial do Município, versão on-line, no primeiro semestre de 2012, repetida no segundo semestre de 2015. Algumas alterações foram promovidas nesse intervalo de tempo, entretanto ainda não é tão simples/intuitiva a busca de informações de interesse nesse veículo de comunicação.

A princípio é a equipe de educação ambiental [responsável pela comunicação]. A gente tem feito várias tentativas de como fazer essa comunicação. Ainda a gente gostaria de chegar num protocolo de comunicação ambiental. Então, tem-se uma área que é carente de áreas verdes... — pelo atlas ambiental detectou-se que naquela área há necessidade de incremento da arborização. Como chegar à população com essa atividade? Algumas tentativas já foram feitas, mas todas empíricas, sob o ponto de vista de comunicação. São agrônomos e gestores tentando conversar com a população e mostrar a importância do verde. A gente às vezes não tem os mecanismos mais certos e mais eficientes, não é? Mas o que a gente faz? O pessoal da Educação Ambiental vai casa a casa, cadastrando os locais que as pessoas aceitam receber [uma] árvore em frente a sua residência, em frente ao seu comércio, enfim, mostrando a importância dessa vegetação não só para o cidadão como pra toda a comunidade do entorno, pra toda a cidade no final. (Adeliana)

Todos têm possibilidade de fazer essa comunicação, mas geralmente fica sob a responsabilidade de um estagiário. Então a gente monta o projeto e o estagiário fica responsável por fazer a divulgação [...] pelo mailing, por e-mail, ou ele elabora cartaz, fixa cartaz em pontos estratégicos, ou em subprefeituras, em escolas, em postos de saúde e também pede pras assessorias de comunicação das subprefeituras divulgarem nas regiões, em jornais de bairro, revistas e também pelos servidores da própria prefeitura. (Odair)

Trabalhar de maneiras diferentes o leque comunicacional à disposição dos servidores pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de seu trabalho, facultando-lhes aprimorar meios para que os munícipes participem de discussões e deliberações sobre o espaço urbano. Monteiro (2009, p. 44) frisa a necessidade de “espaços alternativos, fora da mídia”, que possibilitem aos diversos grupos sociais a formulação de “suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses”. Na atual conjuntura ambiental do distrito Vila Medeiros, consideramos urgente a formulação de demandas que repercutam no governo, na sociedade e na mídia, conforme sugere Matos (2011), e sem olvidar um ponto salutar: a *operacionalização do(s) instrumento(s)* com o(s) qual(is) se quer realizar um processo comunicativo, de que também nos fala a servidora Silvana:

“Eu acho que a gente tem muitos instrumentos mas eles são pouco trabalhados, pouco operacionalizados, e daí por isso que a gente não atinge o objetivo. [...] Eu acho que precisaria de alguém pegar esse boletim⁹ e ir lá entregar, sabe? – ‘Olha, tô te entregando isso aqui porque é o jornalzinho do bairro, sabe, tem umas coisas boas de você ler aí, a gente se encontra pra discutir isso em tal lugar’. [...] Porque um instrumento ele por si só não é suficiente pra você atingir o objetivo pra nada na vida. Acho que é necessário você...operacionalizar esse instrumento. [...] Tem que conversar, tem que trocar. Então, pra mim, um instrumento ele é ‘estático’. E ele só vai ter sentido se ele for trabalhado. (Silvana)

Citelli lembra que a informação e o conhecimento, uma vez “elaborados, distribuídos e socialmente intercambiados, precisam ser vistos em função do cenário que

⁹ Publicação mensal da subprefeitura, disponibilizada, no caso da região em foco, até dezembro de 2012.

designamos de ecossistema comunicativo” (CITELLI, 2011, p. 63). Dentro desse cenário, e lembrando Paulo Freire (1983), o autor afirma que é preciso que exista o encontro dos interlocutores, para ativação dos princípios de reciprocidade, dos quais brota a efetividade dos atos comunicativos. Portanto, os mediadores técnicos, ou dispositivos amplificadores que sustentam o que está sendo enunciado não são por si só garantia de apreensão de sentidos (CITELLI, 2011).

Para além do aparato tecnológico – mais ou menos acessível - a permitir engajamento do cidadão nas questões que envolvem o meio onde habita, há que se pensar no combate à “tendência ao desengajamento ambiental” verificada entre os brasileiros por Jacobi (2008) e confirmada igualmente em nossa pesquisa¹⁰.

Antônio Fidalgo enxerga disfunção na postura do indivíduo que, embora conectado permanentemente com os demais por intermédio de dispositivos tecnológicos, “vê-se dispensado de decisões genuínas e liberto de quaisquer responsabilidades” (FIDALGO, 2009, p. 82). João, em sua entrevista, observa que a população “se engaja” no sentido de fazer mais contato com o poder público quando está incomodada com dificuldades ambientais que a afetam diretamente — o que ainda não representa, a nosso ver, um verdadeiro engajamento na causa ambiental coletiva ou uma preocupação regular com problemas mais gerais:

“Assim: quando é pra reclamar, geralmente o pessoal se une mesmo, né? [risos]. É verdade[...]. Às vezes tem um terreno, quando a gente vai pra fazer uma vistoria, mal chega com o carro a gente já começa a ser rodeado [...] porque...ali é um problema mesmo, em comum. Às vezes é um terrenão baldio que ‘tá cheio de lixo e que ‘tá incomodando vários, [...] não é só o vizinho que mora ao lado do terreno. Então, eles veem que o vizinho está falando alguma coisa, [...] dali a pouco vem um outro, quando vai ver, ‘tá rodeado de gente [...] com a mesma queixa [...]”
(João)

Na situação descrita por João, o processo comunicativo se dá a partir de um estímulo visual representado pela chegada de uma equipe do poder público a uma área ambientalmente prejudicada (a equipe pode ter sido acionada por um morador ou estar ali fazendo uma vistoria rotineira).

De acordo com nossa pesquisa, o fluxo comunicativo cidadão-poder público no distrito é deficitário, pois apenas 14,53% dos moradores declararam ter estabelecido contato com o poder público ao perceberem problemas ambientais no bairro. Conforme Bordenave (1994, p. 68), “sem comunicação não pode existir a participação”. Para este autor, um processo de intervenção dos indivíduos na tomada de decisões – em nosso caso, a decisão

¹⁰ Ver mais em Falcão (2013).

de intervir em um problema ambiental – depende de dois requisitos básicos: informação e diálogo. No exemplo dado pelo entrevistado João, vemos que existe alguma disposição da população para o diálogo, ainda que iniciado em forma de ‘reclamação pura’, mas tal tendência é ainda mais presente quando há algum estímulo por parte da administração municipal. Notamos disposição bastante acentuada para o diálogo entre os servidores envolvidos na gestão de meio ambiente e saúde urbana no distrito Vila Medeiros. Entretanto, parece faltar ao cidadão a iniciativa de procurá-los. Silvana avança na análise:

Pra mim o grande nó é... não é nem que ‘tá só do lado da gestão, nem do lado do cidadão; eu acho que ‘tá no meio do caminho atravancando, como se fosse uma pedreira que tem que ser removida de ambos os lados, tanto do lado da gestão quanto do lado do cidadão; não dá pra você ter essa pedreira no meio e eu acredito que a gente só remove essa pedreira — o serviço público, a gestão,— através da implementação de políticas públicas, no sentido de estratégia. Política enquanto estratégia, pra tentar diminuir essas diferenças. Mas precisa que o cidadão cave o seu lado da pedreira pra remover essa pedra. (Silvana)

Entre os moradores que afirmaram já ter contatado o poder público nas circunstâncias pesquisadas, o telefone foi o meio de comunicação mais utilizado, conforme se depreende do quadro abaixo:

Meio/canal pelo qual se comunicou com o poder público			
telefone 10	site da prefeitura 4	pessoalmente na regional 1	reunião do CADES* 3
conversa com agente municipal 1	carta 1	não se lembra 1	não completaram resposta 4

*Conselho Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Quadro 1 – Meios/Canais pelos quais alguns munícipes se comunicaram com o poder público

Observamos nesse conjunto informativo que a internet ficou em segundo plano em relação ao contato telefônico, e apenas um munícipe declarou ter ido pessoalmente à regional. Naturalmente, a facilidade e a economia de tempo geradas pela disponibilidade de outros meios de comunicação, tais como internet e telefone, dispensam a presença real do munícipe diante do poder público; mas também podemos concluir que existe pouca disposição de ânimo (além do quesito ‘tempo livre’) para buscar esse contato direto com os servidores que poderiam auxiliar na resolução de alguns problemas.

Cleverson afirma que ‘[...] a população aqui [no distrito] é um pouco quieta’, mas considera que isso não é ruim, porque refletiria uma certa capacidade de atendimento das necessidades dos moradores por parte da subprefeitura. Para o arquiteto, o contato presencial com o munícipe em seu trabalho rotineiro tem uma conotação bem positiva, relacionada inclusive com a cultura do brasileiro:

O povo aqui desta região gosta muito de vir aqui na Praça de Atendimento e falar direto com quem ele tem que resolver os problemas dele. Não é muito via e-mail, não. É mais ‘tête-à-tête’. Assim, eu vejo que a gente atende muita gente, seja sentado lá na praça, seja sentado na sala da gente, explicando, orientando, passando um telefone, é mais o ‘tête-à-tête’, mesmo nas vistorias. [...]. O ‘tête-à-tête’ [...]...acho que é coisa do brasileiro, viu? [...] Eu vejo... a cultura brasileira ainda é muito do frente a frente, do contato físico, olho no olho. (Cleverson)

Ainda que existam oportunidades de estar frente a frente com os representantes do poder público e tratar de maneira direta dos problemas que teoricamente o afligiram, a frequência de contato detectada em nossa investigação indica uma lacuna comunicacional. Perguntamos aos jovens e adultos (até como forma de referendar respostas anteriores), com que frequência teriam procurado o poder público no último ano para tratar de assuntos ambientais da região onde moram. Os dados revelaram que 73,68% dos adultos e 90,32% dos jovens não o fizeram sequer *uma vez*. Esses dados integram um quadro geral segundo o qual no último ano a maioria dos respondentes, entre adultos e jovens do ensino médio, não contactou ou raramente contactou o poder público no que tange a relatar/pedir providências/tratar de assuntos ambientais de seu bairro, embora percebam nele diversos problemas, como mostrou o quadro das percepções ambientais averiguadas¹¹:

Indagação semelhante foi feita aos jovens do ensino fundamental, embora noutros termos, porque consideramos que em sua faixa de idade a independência para tomar providências concretas costuma ser menor, então lhes perguntamos apenas com que frequência haviam *pensado* em se comunicar com o poder público, no último ano, a respeito de problemas ambientais observados na região onde moram. Embora quase metade (45%) não tenha sequer cogitado a possibilidade de fazer contato com o poder público, a soma dos que pensaram *uma vez* (31,67%) e *mais de uma vez* (23,33) perfaz 55%.

Continuando a pensar nas práticas sociais e na construção de sentidos relacionados à proatividade do cidadão urbano no plano ambiental, listamos três possíveis condutas comunicacionais, com graus diferentes de relação com a proatividade. Indagamos aos

¹¹ Ver quadro completo em Falcão (2013), p. 165.

respondentes *o que o morador deve fazer, em primeiro lugar, se existem problemas ambientais no bairro onde mora: 1) ser informado diretamente pelo poder público; 2) observar e comunicar ao poder público ou 3) esperar que os meios de comunicação divulguem o fato.* Pedimos que ordenassem os três itens de acordo com o nível de importância atribuído a cada um¹².

O conjunto de respostas mostrou que os três grupos ordenaram os itens da mesma forma: 1º) *observar e comunicar ao poder público*; 2º) *ser informado diretamente pelo poder público* e 3º) *esperar que os meios de comunicação divulguem o fato*. A sequência indicada pelos grupos, individualmente e em sua totalidade, aponta para valorização maior da postura proativa do cidadão quando este se depara com problemas ambientais locais.

Tal resultado não condiz com a postura pessoal declarada nas questões sobre *‘se e quantas vezes cada um havia contatado o poder público’*, nas quais as respostas deixam claro que a proatividade não é tão valorizada assim, pois não se incorpora aos hábitos dos cidadãos. Coimbra (2004, p. 546) lembra que o brasileiro costuma agir (e as pesquisas confirmam) “seguindo a conjunção de ideias, sentimentos e ações, nem sempre em equilíbrio”, o que dificulta a percepção objetiva dos problemas ambientais e suas soluções.

Considerando os grupos pesquisados, imaginamos ser importante na escola e na comunidade exterior à escola incentivar com mais vigor uma educação ambiental *interdisciplinar* (KRASILCHIK, 2006; FRIGOTTO, 2008; MARTÍN-BARBERO, 2009) e *transdisciplinar* (FREITAS, MORIN E NICOLESCU, 1994; SANTOS, 1995; ROCHA FILHO et al., 2009; SOARES, 2011) que dê mais estímulo à ação proativa, para ensejar o protagonismo juvenil nos moldes educacionais, como propõe Soares (2011).

Matos (2011, p. 45) recorda-nos que a comunicação pública requer “a participação da sociedade e de seus segmentos: não apenas como receptores da comunicação do governo, mas principalmente como produtores ativos no processo comunicacional”, o que por enquanto não estamos encontrando entre a maioria dos nossos sujeitos de pesquisa. Silvana vê a necessidade de atitudes proativas tanto do cidadão comum quanto dos empresários e dos agentes do poder público:

[...] A subprefeitura não pode estar preocupada só em melhorias pra rua que tem comércio. Tem que estar preocupada com os locais que são de moradia – e aí você me fala: ‘E o morador?’ O morador tem que se posicionar ali, não pode ficar falando ‘Ahhh...’. Ou o comerciante, ou o agente de saúde: ‘Eu vou ficar aqui, quem quiser vir que venha.’ Que é isso? Não é assim.” (Silvana)

¹² Ver dados detalhados em Falcão (2013), p. 176.

A supervisora de saúde, portanto, reafirma a ideia de que a proatividade é o esperado dos cidadãos por parte dos representantes do poder público interessados na resolução de problemas. A postura menos proativa – ou mais reativa – do munícipe que aguarda que o poder público venha ao seu encontro para fornecer informações está em segundo lugar para os pesquisados. Esse aguardo pode ocorrer, ponderamos, não somente por falta de espírito proativo, mas também por convicção sociopolítica de que é obrigação dos governos fornecer a seus cidadãos informações claras e de qualidade sobre os assuntos que dizem respeito à coletividade. Berna considera informação ambiental de qualidade aquela que mostra os fatos geradores da crise ambiental, promove a tomada de consciência por parte dos indivíduos e os leva a agir sobre as causas, e não apenas sobre os efeitos. “Um tipo de informação que mostre as raízes de nossos problemas ambientais, e que não apenas reforce uma visão romântica do quanto a natureza é linda ou vítima de nossa ganância” (BERNA, 2010, p. 20).

Em última posição nas escolhas dos munícipes está a ideia de passividade, representada pela espera da comunicação do tipo ‘*o que vier*’ e ‘*se vier*’ a respeito dos problemas ambientais com os quais convive cotidianamente. Uma espécie de desejo da “proação terceirizada”, diríamos, parece estar por trás dessa escolha, como a justificar de algum modo a carência de ânimo revelada por grande parcelados sujeitos de pesquisa. Talvez derive, como disse Goothuzem (2009, p.1), do contato com alguns dogmas socioambientais (como: ‘é importante cuidar da natureza, mas eu não tenho tempo ou disposição para me envolver’). Tal derivação contribuiria para formar representações da relação homem-ambiente menos personalizadas e mais contaminadas pelos meios massivos. O autor registra também uma crítica à crença em que as inovações tecnológicas por si só poderão resolver as mazelas ambientais (outro dogma), porque representa o “alívio de saber que alguém está fazendo algo. [...], o que traz conforto e dispensa a ação”¹³.

Da observação desses resultados fazemos ponte com Higuchi e Kuhnen (2008, p. 182), para quem existe um desafio em entender as mediações humanas no que tange a seu modo de pensar sobre o meio, com o objetivo de “ultrapassar valores que vêm levando à degradação humano-ambiental, dando lugar a formas de cuidado ambiental e participação social”.

¹³ Em nossa pesquisa, incluímos — inicialmente — perguntas a respeito da possível crença majoritária no poder de a tecnologia ‘tudo resolver’ — inclusive as mazelas ambientais; no entanto, em nome da centralidade pretendida em torno dos fluxos de comunicação que pretendíamos analisar, preferimos deixar essa vertente para uma próxima investigação.

Conclusão

Percebemos que a questão da proatividade no campo ambiental, para além de ser uma simples decisão sobre tomar a iniciativa de contatar um órgão público, liga-se de maneira indiscutível ao tipo de informação a que os cidadãos têm acesso sobre o meio e também à forma como se processam a recepção e o entendimento dos conteúdos a eles disponibilizados. O descompasso entre a frequência/intensidade com que circulam informações socioambientais entre a população dos centros urbanos e a escassez de iniciativas entre os moradores no sentido de deter o avanço das condições ambientais degradantes que permeiam o viver nas cidades sinaliza a premência de nova(s) abordagem(ns).

Para Medeiros (2009), as diretrizes da interface comunicação/educação têm peso para fazer repensar as práticas socioambientais, em especial no campo difuso e não-formal, aquele que não é um *locus* específico de trabalho de docentes e discentes. Por exemplo, o campo “da rua”, no qual os servidores públicos entrevistados amiúde precisam se movimentar para a concretização de projetos ambientais. O chamamento do autor parece ligar-se, igualmente, ao potencial do ambiente escolar para incrementar entre os estudantes a “capacidade de aprender a utilizar com eficiência veículos de comunicação, das mais diversas formas” — e não apenas para fins didáticos, entre as paredes da sala de aula. Essa capacidade significa trazer os *media* para os recintos escolares de modo a “incorporar uma nova maneira de organizar a sociedade e reconhecer outra dinâmica da cultura agora marcada por forte urbanização e distintas relações com o tempo e com o espaço” (CITELLI, 2014, p. 70).

Conhecendo-se, por fim, a visão tanto dos servidores públicos envolvidos na problemática socioambiental urbana quanto a perspectiva dos munícipes, é possível imaginar novas relações de sentido ambiental proativo entre cidadãos urbanos — a partir da busca por “*entender como se elabora o compósito entre dispositivos e sentidos por eles e neles construídos*”. Tal frente se transforma, por conseguinte, em “matéria decisiva para que os sujeitos conheçam e se reconheçam no interior de um mundo cifrado pela complexidade do conhecimento” (CITELLI, 2010, p.81, grifo nosso) — no qual a questão ambiental aflora como problemática das mais urgentes.

Referências

BERNA, V. S. D. **Comunicação Ambiental: reflexões e práticas em educação e comunicação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2010.

BORDENAVE, J. E. D.. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994, 8ª edição.

CITELLI, A. **Palavras, Meios de Comunicação e Educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Comunicação e educação: convergências educomunicativas. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo – Comunicação, Mídia e Consumo, ESPM. V. 7, n. 19(2010).

_____. Comunicação e Educação: Implicações Contemporâneas. In: **Educomunicação: Construindo uma Nova Área de Conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. Comunicação e Educação – ampliações conceituais. In: CITELLI, A.; BERGER, C.; BACCEGA, M. A.; LOPES, M. I. V.; FRANÇA, V. V. (orgs.). **Dicionário de Comunicação – Escolas, Teorias e Autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

COIMBRA, J. A. A. Linguagem e Percepção Ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. A. ; BRUNA, G. C. (Ed.). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

FALCÃO, S. P. Comunicação e Educação Ambiental na construção de sentidos urbanos. 2013. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-30012014-113513/>>.

FIDALGO, A. O celular de Heidegger – comunicação ubíqua e distância existencial. In: Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação V. **Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo, ano 3, n.1, ago.-dez.2009.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 8ª. ed.

FREITAS, L.; MORIN, E.; NICOLESCU, B. Carta da transdisciplinaridade. Adotada no I Congresso Mundial de Transdisciplinaridade. Convento de Arrábida, Portugal, 2-6 de novembro de 1994. Disponível em: caosmose.net/candido/unisinis/textos/carta.pdf. Acesso em 05 jun. 2012.

FRIGOTTO, G. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. In: **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste** – campus de Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, jan-jul 2008.

GOOTHUZEM, R. Comunicação Ambiental e Dogma. Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/comunicacao-ambiental-e-dogma/>. Acesso em 21 out. 2011.

HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A. Percepção e Representação Ambiental – Métodos e Técnicas para a Educação Ambiental. In: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. (orgs.) **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

JACOBI, P. R. **Cidade e Meio Ambiente: Percepções e Práticas em São Paulo**. São Paulo: AnnaBlume, 2008, 3ª ed.

KRASILCHIK, M. Interdisciplinaridade e Integração: Conceitos, Princípios e Projetos de Pesquisa. In: PONTUSCHKA, N. N. e CONTIN, M. K. Processos Educativos e Mudanças Socioambientais – O Projeto e a Integração das Instituições Escolares. In: PONTUSCHKA, N. N.; KRASILCHIK, M. (coord.); RIBEIRO, H. (ed.). **Pesquisa Ambiental: Construção de um Processo Participativo de Educação e Mudança**. São Paulo: EDUSP, 2006.

MARQUES, A. O papel dos interesses na construção de uma ética dos processos comunicativos. Juiz de Fora: **Revista Lumina**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 5, n.1, jun 2011. Disponível em: <http://ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina/index.php?journal=edicao&page=issue&op=current>. Acesso em: 05. jul 2015

MARTÍN-BARBERO, J. Uma aventura epistemológica. **MATRIZES: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo, ano 2, n.2, jan.-jul. 2009, p.148.

MATOS, H. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, M. M. K. (org.) **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul: Difusora, 2011.

_____. **Capital Social e Comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

MEDEIROS, H. Q. Entrevista concedida ao Blog Cidadãos do Mundo, durante o VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, jul. 2009. In: <http://www.portaldomeioambiente.org.br/comunicacao-ambiental/lista-de-noticias-arquivadas/2259-especial-educomunicacao-ambiental-entrevista-heitor-queiroz-de-medeiros.html> . Acesso em 10 nov. 2010.

MONTEIRO, G. F. A singularidade da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública – Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2009.

NOVICKI, V. Práxis: problematizando consciência e participação na educação ambiental brasileira. In: LOUREIRO, C. F. B. (org). **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico – Natureza, Trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

ROCHA FILHO, J. B.; BASSO, N. R. S.; BORGES, R. M. R. **Transdisciplinaridade: A Natureza Íntima da Educação Científica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SANTOS, R. P. Transdisciplinaridade. **Cadernos de Educação**, Lisboa, v. 8, n. 8, p. 7-9, 1995. Disponível em: <http://www.fisica-interessante.com/artigo-transdisciplinaridade.html>. Acesso em 22 mai. 2012.

SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.